



LIBERDADE RELIGIOSA (I)

Por mais de um século, os adventistas têm sido ativos promotores da liberdade religiosa. Reconhecemos que precisamos defender a liberdade de consciência e de religião como um direito humano fundamental, em harmonia com os instrumentos das Nações Unidas.

A Igreja Adventista está presente em 209 países. Com algumas exceções, os adventistas constituem uma minoria religiosa, e às vezes têm estado sujeitos a restrições e discriminação. Consequentemente, eles têm sentido a necessidade de defender os direitos humanos.

Como cidadãos leais, os adventistas creem que têm o direito à liberdade de religião, sujeitos aos direitos iguais dos outros. Isso implica liberdade de reunir-se para instrução e adoração (adoração no sétimo dia da semana, o sábado) e para disseminar opiniões religiosas pela pregação pública ou através da mídia. Essa liberdade inclui ainda o direito de mudar de religião e de respeitadamente convidar outros a fazer o mesmo. Toda pessoa tem o direito de exigir consideração sempre que a consciência não permita o desempenho de certos deveres públicos, como a exigência do porte de armas. Sempre que for concedido às igrejas o acesso à mídia pública, com toda a justiça os adventistas devem estar incluídos.

Continuaremos a cooperar e comunicar com outros para defender a liberdade religiosa de todas as pessoas, inclusive daqueles de quem possamos discordar.

Esta declaração foi aprovada e votada pela Comissão Administrativa da Associação Geral e divulgada pelo gabinete do então presidente Robert S. Folkenberg, durante a assembleia da Associação Geral realizada em Utrecht, Holanda, de 29 de junho a 8 de julho de 1995.

LIBERDADE RELIGIOSA (II)



Por mais de um século, a Igreja Adventista tem defendido e promovido a liberdade religiosa. Agora que a humanidade se defronta com o terceiro milênio d.C., a igreja, mais do que nunca, reconhece a necessidade de defender a liberdade de consciência e de prática da religião como um direito humano fundamental, em harmonia com os instrumentos internacionais das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

A Igreja Adventista existe na Costa Rica desde a virada do século 20, e é grata pelo clima de liberdade religiosa, tolerância e paz que prevalece na Costa Rica. Não é este o caso em muitas partes do mundo.

Os adventistas apoiaram a iniciativa das Nações Unidas de proclamar 1995 como o Ano da Tolerância. À semelhança do racismo, a discriminação ou intolerância baseada em crença religiosa ou filiação à igreja é intrinsecamente má e deve ser eliminada. Há regiões do mundo em que as minorias religiosas estão sendo discriminadas e perseguidas, a ponto de perder bens e empregos e até mesmo serem submetidas a ofensas corporais. O extremismo religioso fanático e intolerante, de qualquer tipo, deve ser deplorado e restringido. Toda pessoa tem o direito de expressar com convicção suas ideias religiosas, mas sempre com respeito pelos direitos dos outros.

A liberdade religiosa implica liberdade de disseminar opiniões religiosas pela pregação pública ou através da mídia. Inclui também o direito de mudar de religião. Todas as igrejas e organizações religiosas têm o direito a razoável acesso à mídia pública, sem discriminação.

Como no passado, a Igreja Adventista continuará a cooperar conscienciosamente com os governos, envolvendo-se com organizações que apoiam a liberdade de religião e trabalhando em conjunto com outras igrejas para difundir e defender a liberdade religiosa de todas as pessoas.

Esta declaração foi aprovada e votada pela Comissão Administrativa da Associação Geral para ser divulgada pelo gabinete do então presidente Robert S. Folkenberg, durante o Concílio Anual realizado em São José, Costa Rica, de 1º a 10 de outubro de 1996.



MINORIAS RELIGIOSAS E LIBERDADE RELIGIOSA

Ao longo da história, as minorias religiosas têm sido frequentemente sujeitas a discriminação e grande perseguição. Hoje, a intolerância e o preconceito religioso estão novamente tomando lugar. A despeito da afirmação de que todos têm liberdade para manter e disseminar opiniões religiosas e mudar de religião – uma afirmação sustentada nos instrumentos e documentos das Nações Unidas formando uma “Carta Internacional de Direitos” – muitos países negam esse direito a seus cidadãos.

Os instrumentos internacionais condenam a discriminação contra as minorias, mas, tragicamente, algumas nações têm publicado listas de grupos religiosos descritos como “seitas” potencialmente perigosas. Comissões antisseitas têm sido formadas, investigadores treinados e leis restritivas aprovadas. Centenas de milhares de crentes inocentes estão agora sob suspeita oficial e são tratados como cidadãos de segunda classe. Tudo isso viola a liberdade religiosa, a qual é o mais básico e essencial dos direitos fundamentais da humanidade. Os adventistas creem na obediência às leis do país, desde que não estejam em conflito com as leis de Deus. No entanto, fazemos oposição a qualquer lei, programa ou atividade que discrimine as minorias religiosas.

A Igreja Adventista defende a liberdade religiosa a todos, bem como a separação entre Igreja e Estado. As Escrituras ensinam que o Deus que deu a vida também deu a liberdade de escolha. Deus só aceita a adoração feita de livre e espontânea vontade. Além disso, os adventistas acreditam que a lei deve ser aplicada imparcialmente. Sustentamos que nenhum grupo religioso deve ser julgado pelo fato de alguns fiéis parecerem extremistas. A liberdade religiosa é limitada quando comportamentos agressivos violam os direitos humanos de outros.

Em apoio ao artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas e outros órgãos internacionais, e em harmonia com suas crenças e sua história, a Igreja Adventista está

totalmente comprometida em promover e proteger a liberdade religiosa para todos, em todos os lugares. Para este fim, continuaremos a cooperar com a Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas e com outras agências internacionais e organizações religiosas, encorajando cada nação a implementar o direito fundamental de liberdade religiosa. Além disso, continuaremos a promover o diálogo e um melhor entendimento entre as autoridades governamentais e o povo que pertence às minorias religiosas.

Esta declaração foi votada em 29 de setembro de 1999, durante o Concílio Anual da Comissão Administrativa da Associação Geral realizado em Silver Spring, Maryland.

LIBERDADE RELIGIOSA, EVANGELISMO E PROSELITISMO



Os adventistas creem que a liberdade religiosa é um direito humano básico. Como cristãos, estão convencidos de que a disseminação da religião não é só um direito, mas uma alegre responsabilidade baseada num mandamento divino para testemunhar.

Deus chamou os cristãos para o evangelismo – a proclamação das boas-novas de salvação em Cristo (Mt 28:19, 20). Isso é um ponto central para a vida e o testemunho cristãos. Assim, o cristianismo é essencialmente missionário.

Afirmando a missão global e a evangelização, os adventistas são motivados pelo anseio de obedecer ao mandamento de Cristo e pelo sincero desejo de que cada ser humano seja salvo e herde a vida eterna. São motivados também pelo senso de urgência na expectativa da iminência da volta de Cristo. No esforço de cumprir o mandamento de Deus, os adventistas estão hoje testemunhando, pregando e servindo em mais de 200 países.

No contexto da disseminação da religião, a questão do “proselitismo” tem sido levantada, devido ao fato de essa palavra ser definida de várias maneiras e ter cada vez mais uma conotação pejorativa, associada a métodos de persuasão antiéticos, incluindo a força. Os adventistas condenam o uso de tais métodos. Eles creem que a fé e a religião são mais bem disseminadas quando as convicções são manifestadas e ensinadas com humildade e respeito, e quando o testemunho de vida está em harmonia com a mensagem anunciada, produzindo uma aceitação livre e alegre por aqueles que estão sendo evangelizados.

A atividade evangelística e missionária precisa respeitar a dignidade de todos os seres humanos. As pessoas precisam ser verdadeiras e transparentes ao lidar com outros grupos religiosos. Deve-se evitar a terminologia que possa ofender as outras comunidades religiosas. Declarações falsas ou que ridicularizem outras religiões não deveriam ser feitas.

A conversão é uma experiência do Espírito. Portanto, não deveria estar ligada de modo algum a ofertas ou recepção de incentivos materiais.

O direito de se envolver em atividades humanitárias deve ser reconhecido; no entanto, tal ação nunca deve estar ligada ao evangelismo de uma maneira que explore as pessoas vulneráveis, oferecendo incentivos financeiros e materiais para induzi-las a mudar de religião.

Os adventistas estão comprometidos a servir seu próximo pregando o evangelho eterno a cada nação e tribo e língua e povo (Ap 14:6).

Esta declaração foi votada pela Comissão Administrativa da Associação Geral para ser divulgada durante a assembleia da Associação Geral realizada em Toronto, Canadá, de 29 de junho a 8 de julho de 2000.



CATOLICISMO ROMANO

Os adventistas consideram todos os homens e mulheres iguais aos olhos do Senhor. Rejeitamos a intolerância contra qualquer pessoa, independentemente de etnia, nacionalidade ou credo. Além disso, admitimos com alegria que cristãos sinceros podem ser encontrados em outras denominações, incluindo o catolicismo romano, e trabalhamos em conjunto com todas as agências e organismos que procuram abrandar o sofrimento humano e enaltecer a Cristo diante do mundo.

Os adventistas procuram manter um relacionamento positivo com outras religiões. Nossa tarefa primordial é pregar o evangelho de Jesus Cristo no contexto de Sua breve volta, não apontando as falhas de outras denominações.

As crenças dos adventistas estão baseadas nos ensinamentos bíblicos apostólicos e, portanto, têm muitos princípios essenciais do cristianismo em comum com os seguidores de outras igrejas cristãs. No entanto, temos uma identidade específica como movimento. Nossa mensagem para os cristãos e não cristãos é comunicar esperança, focalizando a qualidade de vida que é completa em Cristo.

À medida que os adventistas se relacionam com os católicos romanos em particular, passado e futuro vêm à nossa mente. Não podemos apagar ou ignorar o registro histórico da séria intolerância e até perseguição da parte da Igreja Católica Romana. O sistema de governo da Igreja Católica, baseado em ensinamentos extrabíblicos, como a supremacia papal, resultou em abusos graves da liberdade religiosa enquanto a igreja esteve aliada ao estado.

Os adventistas estão convencidos da validade de nossos conceitos proféticos, segundo os quais a humanidade vive agora perto do fim. Os adventistas, baseados em predições bíblicas, creem que, próximo à segunda vinda de Cristo, a Terra passará por um período de tribulação sem precedentes, tendo o sábado como ponto central. Nesse contexto, acreditamos que o mundo religioso, incluindo os principais organismos cristãos como peças-chaves, irá se aliar com as forças de oposição a Deus e ao sábado. Mais uma vez, a união da igreja com o estado resultará em grande opressão religiosa.

Culpar uma denominação específica por violações passadas de princípios cristãos não é uma representação acurada nem da História nem da profecia bíblica. Reconhecemos que às vezes os protestantes, incluindo adventistas, têm manifestado preconceito e até fanatismo. Se, ao expor o que a Bíblia diz, os adventistas falham em expressar amor às pessoas, não exibimos o cristianismo autêntico.

Os adventistas procuram ser corteses ao lidar com os outros. Assim, enquanto permanecemos cientes do registro histórico e continuamos a olhar para os acontecimentos futuros, reconhecemos algumas mudanças positivas no catolicismo recente, e enfatizamos a convicção de que muitos católicos romanos são irmãos e irmãs em Cristo.

Esta declaração foi registrada em 15 de abril de 1997 pela Comissão Administrativa da Associação Geral e divulgada pelo gabinete do então presidente Robert S. Folkenberg.

MOVIMENTO ECUMÊNICO



A Comissão Administrativa da Associação Geral jamais votou uma declaração oficial tratando da relação entre os adventistas e o movimento ecumênico. Foi escrito um livro lidando detalhadamente com o assunto (B. B. Beach, *Ecumenism – Boon or Bane?* [Review and Herald, 1974]) e vários artigos têm aparecido ao longo dos anos em publicações adventistas, inclusive na *Adventist Review*. Desse modo, embora não haja exatamente uma posição oficial, há uma abundância de claras indicações sobre o ponto de vista adventista.

Pode-se afirmar em geral que, embora a Igreja Adventista não conde-ne completamente o movimento ecumênico e sua principal manifestação organizacional, o Concílio Mundial de Igrejas, ela tem criticado vários aspectos e atividades do movimento. Poucos negariam que o ecumenismo tem tido objetivos louváveis e algumas influências positivas. Seu grande objetivo é a unidade visível dos cristãos. Nenhum adventista pode se opor à unidade pela qual o próprio Cristo orou. O movimento ecumênico tem promovido relações mais amáveis entre as igrejas, com mais diálogo e menos crítica, e tem ajudado a remover preconceitos infundados.

Por meio de suas várias organizações e atividades, o movimento ecumênico tem provido informação mais exata e atualizada sobre igrejas, tem falado a favor da liberdade religiosa e dos direitos humanos, tem combatido os males do racismo e chamado a atenção para as implicações socioeconômicas do evangelho. Em tudo isso, as intenções têm sido boas e alguns dos seus frutos são aceitáveis. Contudo, no quadro total, os problemas tendem a exceder as bênçãos. Examinemos alguns deles.

Adventismo: Um Movimento Profético

Os adventistas creem firmemente que a Igreja Adventista surgiu no cenário da História em resposta ao chamado de Deus. Eles creem, e se espera que seja sem orgulho ou arrogância, que o movimento do advento representa o instrumento divinamente designado para a proclamação organizada do “evangelho eterno”, a última mensagem de Deus, discernida a partir da posição profética vantajosa de Apocalipse 14 e 18. À luz focalizada de sua compreensão profética, a Igreja Adventista vê-se a si mesma como o movimento “ecumênico” escatologicamente orientado

de Apocalipse. Inicia com o “chamado” dos filhos de Deus dos corpos eclesiais “caídos” que progressivamente formarão oposição religiosa organizada contra os propósitos de Deus. Juntamente com a “saída”, há um “chamado” positivo para unirem-se a um movimento mundial (isto é, um movimento “ecumênico”) caracterizado pela “fé em Jesus” e a guarda dos “mandamentos de Deus” (Ap 14:12). No Concílio Mundial de Igrejas, a ênfase é primeiramente sobre “entrar” para uma comunhão de igrejas e então, esperançosa e gradualmente, “sair” da desunião corporativa. No movimento do advento, a ênfase é primeiramente sobre “sair” da desunião e confusão babilônica e então imediatamente “entrar” para uma comunhão de unidade, verdade e amor dentro da família adventista que circunda o globo.

Para compreender a atitude adventista com respeito ao ecumenismo e outras importantes igrejas, é útil lembrarmos de que o movimento adventista primitivo (caracterizado pelos mileritas) tinha aspectos ecumênicos: surgiu em muitas igrejas. Desse modo, os adventistas vieram de muitas denominações. Contudo, as igrejas em geral rejeitaram a mensagem do advento. Com frequência, os adventistas foram expulsos de suas igrejas. Às vezes, eles levavam consigo parcelas de suas congregações. As relações tornaram-se amargas. Falsos boatos foram postos em circulação, alguns dos quais infelizmente persistem ainda hoje. Os pioneiros tinham opiniões firmes, e seus opositores não eram menos dogmáticos. Tendiam a olhar mais para o que os separava do que para o que os unia. Isso era compreensível. Hoje, é claro, o clima entre as igrejas tende a ser mais benigno e conciliador.

Quais são alguns dos problemas que os adventistas têm com o ecumenismo? Antes de tentarmos dar uma resposta sumária a essa indagação, é preciso salientar que o movimento ecumênico não é monolítico em seu pensamento. Podemos encontrar todos os tipos de opiniões em suas fileiras (o que em si mesmo, é claro, constitui um problema). Tentaremos fazer referência ao que pode ser considerado o pensamento geral dentro do Concílio Mundial de Igrejas, uma organização que atualmente representa mais de trezentas diferentes igrejas e denominações.

A Compreensão Ecumênica de Unidade

O Novo Testamento apresenta uma unidade eclesiástica qualificada baseada na *verdade* e caracterizada por *santidade, alegria, fidelidade e*

obediência (veja Jo 17:6, 13, 17, 19, 23, 26). Os “ecumentusiastas” (para criar uma palavra) parecem tomar como certas a unidade orgânica final e a comunhão da grande maioria das igrejas. Enfatizam o “escândalo da divisão” como se esse fosse realmente o pecado imperdoável. A apostasia e a heresia são grandemente ignoradas. Contudo, o Novo Testamento mostra a ameaça da inserção anticristã dentro do “santuário de Deus” (2Ts 2:3, 4). O quadro escatológico da igreja de Deus antes da segunda vinda não é o de uma megagreja reunindo toda a humanidade, mas o de um “remanescente” da cristandade, aqueles que “guardam os mandamentos de Deus e têm o testemunho de Jesus” (veja Ap 12:17).

Há claramente um ponto no qual a heterodoxia e um estilo de vida não cristão justificam a separação. O Concílio Mundial de Igrejas não enxerga este ponto. A separação e a divisão a fim de proteger e preservar a pureza e a integridade da igreja e sua mensagem são mais desejáveis do que a unidade em mundanismo e erro.

Além disso, os adventistas sentem-se desconfortáveis com o fato de que os líderes do Concílio Mundial de Igrejas parecem dar pouca ênfase à santificação e ao reavivamento pessoal. Há indicações de que alguns veem tal ênfase como um antiquado resíduo pietista, não um ingrediente vital de uma vida cristã dinâmica. Preferem abafar a piedade pessoal em favor da moralidade social. Contudo, na compreensão adventista, a santidade pessoal é o material do qual é feita a moralidade social. Sem cristãos genuinamente convertidos, qualquer unidade organizacional formal é artificial e de pouca relevância.

A Compreensão Ecumênica de Crença

Em muitos círculos eclesiais, a tolerância é vista como uma virtude ecumênica. O ideal ecumênico, sugere-se, não é dogmático em suas crenças e é um tanto fluido em suas opiniões doutrinárias. Respeita grandemente as crenças dos outros, mas é menos do que rígido sobre sua própria crença. Parece humilde e não dogmático acerca de crenças doutrinárias – exceto aquelas concernentes à unidade ecumênica. Está convencido de que seu conhecimento é parcial. Mostrar arrogância religiosa doutrinária é, ecumenicamente falando, especialmente pecaminoso.

Tudo isso tem um lado louvável. Humildade e mansidão são virtudes cristãs. De fato, Pedro nos aconselha a estarmos prontos para responder e dar a razão da nossa fé, mas isso deve ser feito com humildade, respeito

e uma boa consciência (1Pe 3:15, 16). Contudo, há nas fileiras ecumênicas um perigo quase implícito de amenidade e relativização das crenças. Todo o conceito de heresia é questionado. Ultimamente, questiona-se até mesmo a ideia de “paganismo”.

A ideia de que todas as formulações denominacionais de verdade são relativas e estão condicionadas ao tempo, sendo portanto parciais e inadequadas, faz parte de alguns pressupostos ecumênicos. Alguns ecumenistas iriam ainda mais longe, a ponto de defender a necessidade de síntese doutrinária, juntando várias crenças cristãs em uma espécie de abordagem de coquetel. Afirma-se que todas as igrejas estão desequilibradas e que é a tarefa do ecumenismo restaurar o equilíbrio e a harmonia. Dentro da diversidade conciliadora do movimento ecumênico, presumivelmente todos, nas palavras de Frederico o Grande, “serão salvos à sua própria maneira”.

Os adventistas creem que, sem sólidas convicções, uma igreja tem pouco poder espiritual. Há o perigo de que a areia movediça ecumênica de amenização doutrinária absorva as igrejas em morte denominacional. É claro que é exatamente por isso que esperam os entusiastas ecumênicos. Contudo, os adventistas acham que se deve resistir vigorosamente a tais irresoluções doutrinárias; de outro modo, o autodesarmamento espiritual será o resultado e uma era verdadeiramente pós-cristã viria sobre nós.

A Compreensão Ecumênica das Escrituras

Os adventistas veem as Escrituras como a infalível revelação da vontade de Deus, a fonte autorizada da verdade doutrinária e o registro fidedigno dos poderosos atos de Deus na história da salvação (veja Crenças Fundamentais nº 1: “As Escrituras Sagradas”). Os adventistas veem a Bíblia como uma unidade. Para muitos líderes do Concílio Mundial de Igrejas, a Bíblia não é normativa e dotada de autoridade em si mesma. A ênfase é sobre a diversidade bíblica, às vezes incluindo a demitologização dos evangelhos. Para um grande número de ecumenistas, como é o caso para o cristianismo liberal em geral, a inspiração não está no texto bíblico, mas na experiência do leitor. A revelação proposicional está fora de moda; a experiência está em voga.

As profecias apocalípticas, para eles, não têm praticamente nenhuma função no tempo do fim. São feitas referências pró-forma à parousia (volta de Cristo), mas não têm nenhuma implicação de urgência e exercem

pouco impacto mensurável sobre o conceito ecumênico de missão evangelística. Aqui existe o perigo de cegueira escatológica.

Os adventistas veem o quadro bíblico de pecado e redenção dentro da estrutura do “grande conflito” entre o bem e o mal, entre Cristo e Satanás, entre a Palavra de Deus e as mentiras do impostor, entre o remanescente fiel e Babilônia, entre o “selo de Deus” e a “marca da besta”.

Os adventistas são, primeiramente, o povo da Palavra. Embora crendo na autoridade incondicional das Escrituras, eles reconhecem que “a Bíblia foi escrita por homens inspirados, mas não é a maneira de pensar e exprimir-se de Deus. Esta é a da humanidade. Deus, como escritor, não Se acha representado. [...] Os escritores da Bíblia foram os instrumentos de Deus, não Sua pena” (*Mensagens Escolhidas*, v. 1, p. 21). Muitos ecumenistas diriam que o texto bíblico não é a Palavra de Deus, mas contém a Palavra, *à medida que os homens respondem e a aceitam*. Em contraste, os adventistas diriam que as declarações dos escritores da Bíblia “são a Palavra de Deus” (*ibid.*). Deus não Se pôs à prova, nem a Sua Palavra, apesar da crítica das formas. É o ser humano em face da Bíblia quem está em julgamento.

A Compreensão Ecumênica de Missão e Evangelismo

A compreensão tradicional de missão enfatiza o evangelismo, isto é, a proclamação verbal do evangelho. A abordagem ecumênica vê a missão como envolvendo o estabelecimento de *shalom*, uma espécie de paz e harmonia social. Os adventistas têm problemas com qualquer tendência que menospreze a importância fundamental de anunciar as boas-novas da redenção do cativo do pecado. De fato, o conceito tradicional de salvação, que inclui o pensamento adventista, tem sido sempre o de salvar o indivíduo do pecado e para a eternidade. O evangelismo ecumênico compreende a salvação primariamente como salvar a sociedade de regimes opressores, dos estragos da fome, da maldição do racismo e da exploração da injustiça.

A compreensão adventista de conversão significa que a pessoa experimenta mudanças radicais através do renascimento espiritual. A ênfase da maioria nos círculos do Concílio Mundial de Igrejas parece ser sobre a mudança (conversão) das estruturas injustas da sociedade.

Como vemos, na área de evangelização e obra missionária estrangeira, os frutos (ou talvez deveríamos dizer a falta de frutos) do ecumenismo têm

sido frequentemente menos evangelismo (conforme o entendemos, de Paulo a Billy Graham), menos crescimento e mais declínio no número de membros, o envio de menos missionários e a entrada de proporcionalmente menos apoio financeiro. Realmente, o esforço missionário se deslocou das principais igrejas “ecumênicas” para os evangélicos conservadores. É lamentável para o movimento missionário ver a perda de tão grande potencial evangelístico, principalmente num tempo de esforço islâmico cada vez mais ativo e militante e o despertar de religiões nativas e orientais.

A recente e bem-sucedida campanha adventista chamada “Mil Dias de Colheita” foi o oposto da abordagem ecumênica da “missão conjunta” de pouca intensidade. A última pode parecer boa em um trabalho ecumênico de pesquisa, mas os resultados no ganho de pessoas não estão realmente ali. A paráfrase de um antigo ditado tem aqui alguma relevância: “A prova do pudim ecumênico está na comida evangelística.”

A Compreensão Ecumênica da Responsabilidade Sociopolítica

Reconhecidamente, todo o assunto da responsabilidade social e política cristã é complicado. O Concílio Mundial de Igrejas e outros concílios de igrejas (como o Concílio Nacional de Igrejas dos Estados Unidos) estão pesadamente envolvidos no que é visto costumeiramente como questões políticas. A Igreja Adventista é muito mais circunspecta nesta área (em comparação com o evangelismo, onde as posições se invertem).

Muito do pensamento ecumênico na área da responsabilidade política inclui ou envolve: (1) a secularização da salvação; (2) um ponto de vista pós-milenial defendendo o aprimoramento político gradual e a melhoria social da humanidade e o estabelecimento por meio do esforço humano, como agentes divinos, do Reino de Deus na Terra; (3) a adaptação do cristianismo ao mundo moderno; (4) uma fé utópica evolucionista em progresso; e (5) o coletivismo socialista, favorecendo algumas formas de igualitarismo e o bem-estar dos cidadãos, mas não o materialismo comunista.

Presumivelmente, os ativistas ecumênicos consideram o adventismo uma visão apocalíptica utópica, mas isso é errado. Defrontando-se com os muitos problemas da sociedade, os adventistas não podem ser apáticos ou indiferentes, e geralmente não são. Evidências: amplas instituições de saúde, hospitais e clínicas, servindo milhões de pessoas por ano; um vasto sistema educacional que circunda o globo com quase cinco mil

escolas; a Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais (Adra), um serviço da igreja rapidamente se expandindo pelo mundo em áreas de necessidade crônica e aguda. Várias outras atividades assistenciais poderiam ser mencionadas.

A Igreja Adventista crê que é necessário distinguir entre atividade sociopolítica de cristãos individuais como cidadãos e envolvimento em nível de igreja como uma corporação. É tarefa da igreja lidar com princípios morais e apontar a *direção bíblica*, não defender *diretrizes políticas*. O Concílio Mundial de Igrejas às vezes tem se envolvido com atividades do poder político. Embora o adventismo semeie sementes que inevitavelmente *influenciarão* a sociedade e a política, não deseja ser *enredado* em controvérsias políticas. O Senhor da igreja declarou: “O Meu reino não é deste mundo” (Jo 18:36). À semelhança de seu Senhor, a igreja quer andar “fazendo o bem” (At 10:38). Ela não deseja dirigir o governo, direta ou indiretamente.

A Compreensão Ecumênica de Liberdade Religiosa

Nos primeiros anos do Concílio Mundial de Igrejas, iniciando com sua primeira assembleia em Amsterdã, em 1948, a liberdade religiosa foi colocada na agenda ecumênica. A liberdade religiosa foi vista como um pré-requisito vital para a unidade ecumênica. Em 1968, um secretariado de liberdade religiosa foi estabelecido na sede do Concílio Mundial de Igrejas. Todavia, em anos mais recentes, a postura do Concílio Mundial de Igrejas quanto à liberdade religiosa tem sido um tanto ambígua. Em 1978, o secretariado foi encerrado, principalmente pelo que era visto como uma falta de fundos. Naturalmente, isso fala por si mesmo sobre a prioridade dada à liberdade religiosa no movimento ecumênico organizado.

Hoje, a tendência ecumênica é ver a liberdade como simplesmente um dos direitos humanos em vez do direito fundamental que envolve todos os outros direitos humanos. Esta, é claro, é a abordagem usada pela mentalidade secular. Os secularistas ou humanistas se recusam a reconhecer a crença religiosa como algo à parte ou acima das outras atividades humanas. Existe o perigo de que a liberdade religiosa perca seu caráter singular que faz dela a guardiã de todas as verdadeiras liberdades.

Não se deve esquecer que, historicamente, o equilíbrio de poderes e o denominacionalismo é que têm neutralizado a intolerância e trabalhado em prol da liberdade religiosa. A unidade religiosa formal tem existido

apenas pela força. Há na sociedade, portanto, uma tensão inata entre unidade e liberdade religiosa. De fato, o quadro escatológico dos eventos finais é um quadro vivo dramático de perseguição religiosa, quando as poderosas forças da Babilônia apocalíptica tentam forçar a igreja remanescente a se conformar a um molde de apostasia unificada.

Finalmente, a perspectiva de liberdade religiosa torna-se cada vez mais sombria quando se percebe que certos ativistas ecumênicos aceitam muito facilmente restrições à liberdade religiosa que afetam os crentes de uma expressão religiosa e política diferente, que exerce o que se percebe ser uma postura social negativa. Além disso, alguns líderes ecumênicos estão muito dispostos, em situações revolucionárias, a ver a liberdade religiosa sofrendo interferência e sendo temporariamente cancelada, a fim de promover a unidade, a construção do país e o “bem” da sociedade como um todo.

A Influência da Compreensão Profética

O que temos escrito até aqui realça algumas das reservas que os adventistas têm com respeito ao envolvimento no movimento ecumênico organizado. A atitude geral da Igreja Adventista para com outras igrejas e o movimento ecumênico é decisivamente influenciada pelas considerações já citadas e determinada pela compreensão profética. *Olhando para trás*, os adventistas veem séculos de perseguição e manifestações anticristãs do poder papal. Veem discriminação e muita intolerância pelo Estado ou por igrejas estabelecidas. *Olhando adiante*, divisam o perigo de que o catolicismo e o protestantismo se deem as mãos e exerçam poder religioso e político de uma maneira tirânica e potencialmente perseguidora. Veem a fiel igreja de Deus não como uma igreja colossal, mas como um remanescente. Veem a si mesmos como o núcleo deste remanescente e não estando dispostos a se unir com a crescente apostasia cristã dos últimos dias.

Olhando para o presente, os adventistas divisam sua tarefa como a de pregar o evangelho eterno a todas as pessoas, convidando-as para a adoração do Criador e obediente aderência à fé de Jesus e proclamando que é chegada a hora do juízo. Alguns aspectos dessa mensagem não são populares. Como podem os adventistas ser mais bem-sucedidos no cumprimento da ordem profética? Nossa opinião é que a Igreja Adventista pode realizar melhor a missão divina conservando sua própria

identidade, sua própria motivação, seu próprio senso de urgência, seus próprios métodos de trabalho.

Cooperação Ecumênica?

Devem os adventistas cooperar ecumenicamente? Os adventistas devem cooperar à medida que o evangelho autêntico é proclamado e as gritantes necessidades humanas estão sendo satisfeitas. A Igreja Adventista não quer nenhum envolvimento quanto a tornar-se membro do movimento e recusa quaisquer relações comprometedoras que tendam a enfraquecer o seu testemunho inconfundível. Contudo, os adventistas desejam ser “cooperadores conscientes”. O movimento ecumênico, como uma agência de cooperação, tem aspectos aceitáveis; como agência para a unidade orgânica das igrejas, é muito mais suspeito.

Relações com Outros Organismos Religiosos

Em 1926, muito antes de estar em voga o ecumenismo, a Comissão Administrativa da Associação Geral adotou uma importante declaração que agora é parte do *General Conference Working Policy* (Livro de Regulamentos da Associação Geral; O 75). Essa declaração tem significativas implicações ecumênicas. A declaração tinha em vista o campo missionário e as relações com outras “sociedades missionárias”. Contudo, a declaração foi agora ampliada, a fim de tratar de outras “organizações religiosas” em geral. Ela afirma que os adventistas “reconhecem todas as agências que exaltam a Cristo diante dos homens como uma parte do plano divino para a evangelização do mundo, e [...] têm em alta estima os homens e mulheres cristãos de outras denominações que estão empenhados em conduzir pessoas a Cristo”. No trato da igreja com outras igrejas, “a cortesia cristã, a amizade e a justiça devem prevalecer”. Algumas sugestões práticas são dadas a fim de evitar desavenças e ocasiões para atrito. A declaração deixa claro, porém, que o “povo adventista” recebeu a “responsabilidade” especial de enfatizar a segunda vinda como um evento que está “mesmo às portas”, preparando “o caminho do Senhor conforme revelado nas Sagradas Escrituras”. Portanto, essa “comissão” divina torna impossível que os adventistas restrinjam seu testemunho a “alguma área limitada” e os impele a chamar a “atenção de todas as pessoas em toda parte” para o evangelho.

Em 1980, a Associação Geral estabeleceu um Conselho sobre Relações entre as Igrejas, a fim de oferecer supervisão e orientação geral sobre as relações com outros organismos religiosos. Esse conselho tem, de vez em quando, autorizado conversações com outras organizações religiosas quando sente que isso pode ser proveitoso.

Os líderes adventistas devem ser conhecidos como construtores de pontes. Isso não é uma tarefa fácil. É muito mais simples explodir as pontes eclesiais e atuar como “comandos cristãos” irresponsáveis. Disse Ellen White: “Muita sabedoria é necessária para atingir pastores e homens de influência” (*Evangelismo*, p. 562). Os adventistas não foram chamados para viver em um gueto murado, conversando somente consigo mesmos, publicando principalmente para si mesmos, mostrando um espírito sectário de isolamento. É claro que é mais confortável e seguro viver em uma fortaleza adventista, com todas as pontes giratórias da comunicação removidas. Nesse ambiente alguém se aventura de vez em quando a ir à vizinhança para uma rápida campanha evangelística, capturando o maior número possível de “prisioneiros” e então desaparecendo com eles de volta para a fortaleza. Ellen White não acreditava na mentalidade isolacionista: “Nossos pastores devem tentar se aproximar dos pastores de outras denominações. Devem orar por esses homens e com eles, por quem Cristo está fazendo intercessão. Pesa sobre eles solene responsabilidade” (*Testemunhos Para a Igreja*, v. 6, p. 78).

A Utilidade da Posição de Observador

A experiência tem ensinado que o melhor relacionamento com os vários concílios de igreja (regional, nacional, mundial) é a condição de observador-consultor. Isso ajuda a igreja a manter-se informada e a compreender as tendências e a marcha dos acontecimentos. Ajuda a conhecer os pensadores e líderes cristãos. Provê aos adventistas a oportunidade de marcar presença e tornar conhecido o ponto de vista da igreja. A condição de membro não é aconselhável. As organizações ecumênicas costumemente não são “neutras”. Com frequência, têm objetivos e planos de ação muito específicos e desempenham papéis de defesa sociopolítica. Haveria pouco proveito em ser um membro indiferente (na melhor das hipóteses) ou um membro nominal (como são muitas igrejas-membros) ou estar em frequente oposição (como inevitavelmente seria o caso).

Em níveis locais, lidando com problemas mais práticos e menos teológicos, alguém poderia imaginar situações em que os adventistas poderiam pertencer a alguma dessas organizações, porém com cautela. Estamos pensando em associações ministeriais/fraternais, organizações da igreja local, grupos de estudo da Bíblia, grupos ou redes específicas para examinar as necessidades da comunidade e ajudar a resolver os problemas locais. Os adventistas não devem ser percebidos como simplesmente eximindo-se de qualquer responsabilidade cristã pela comunidade local.

Em anos recentes, líderes e teólogos adventistas têm tido oportunidades para diálogo com representantes de outras igrejas. Essas experiências têm sido benéficas. Tem sido engendrado o respeito mútuo. Estereótipos gastos e percepções doutrinárias inexatas e falsas têm sido removidos. Preconceitos têm sido sepultados sem cerimônia. As ferramentas e compreensões teológicas têm sido afiadas. Novas dimensões têm sido reconhecidas e novas perspectivas de esforço missionário têm sido reveladas. Acima de tudo, porém, a fé na mensagem do advento tem sido realçada. Não há nenhum motivo para que os adventistas tenham complexo de inferioridade. É um maravilhoso privilégio ser um adventista do sétimo dia e saber que o fundamento teológico e organizacional da igreja está firme e seguro.

Arautos do Verdadeiro *Oikoumene*

Os adventistas são arautos do único *oikoumene* verdadeiro e duradouro. Em Hebreus 2:5, é feita referência ao “mundo [em grego, *oikoumene*] futuro”, o vindouro reino universal de Deus. Em última análise, é esse o “ecumenismo” pelo qual os adventistas estão trabalhando. Todos os outros movimentos ecumênicos são efêmeros. Enquanto isso, é dever cristão concentrar-se na completa consagração a Cristo, em um só coração.

Este documento de estudo apareceu pela primeira vez em *Pattern For Progress: The Role and Function of Church Organization* (Review and Herald, 1985), de Walter Raymond Beach e Bert Beverly Beach; foi preparado por Bert B. Beach e divulgado em conexão com a assembleia da Associação Geral realizada em Nova Orleans, Louisiana, em junho de 1985.

RELAÇÕES COM OUTRAS IGREJAS CRISTÃS



A fim de evitar mal-entendidos ou atritos em nossas relações com outras igrejas e organizações religiosas cristãs, apresentamos as seguintes diretrizes:

1. Reconhecemos aquelas agências que exaltam a Cristo diante das pessoas como parte do plano divino para a evangelização do mundo e temos em alta estima os homens e mulheres cristãos de outras denominações que estão empenhados em conduzir pessoas a Cristo.

2. Quando a obra fora de nossa divisão nos põe em contato com outras sociedades e organismos religiosos cristãos, o espírito de cortesia cristã, franqueza e justiça devem prevalecer em todas as ocasiões.

3. Reconhecemos que a verdadeira religião baseia-se na consciência e na convicção. Portanto, deve ser nosso constante propósito que nenhum interesse egoísta ou vantagem temporal atraia qualquer pessoa para nossa comunhão e que nenhum vínculo retenha qualquer membro a não ser a convicção de que, desse modo, é encontrada a verdadeira comunhão com Cristo. Se a mudança de convicção levar um membro de nossa igreja a não se sentir mais em harmonia com a fé e a prática adventistas, reconhecemos não somente o seu direito, mas também a sua responsabilidade de mudar, sem opróbrio, sua filiação religiosa, conforme suas crenças. Esperamos que outros organismos religiosos atuem no mesmo espírito de liberdade religiosa.

4. Antes de admitir membros de outras organizações religiosas como membros de nossa igreja, deve ser exercido cuidado para verificar se os candidatos são movidos a mudar sua filiação religiosa por convicção religiosa em consideração à sua relação pessoal com Deus.

5. Uma pessoa sob censura de outra organização religiosa por transgressão claramente confirmada dos princípios morais ou do caráter cristão não será considerada candidata aceitável para ser membro da Igreja Adventista até que haja evidência de arrependimento e reforma.

6. A Igreja Adventista não pode limitar sua missão a áreas geográficas restritas, devido à sua compreensão do mandato da comissão evangélica. Na providência de Deus e no desenvolvimento de Sua

obra em prol da humanidade, organismos denominacionais e movimentos religiosos têm surgido de vez em quando para dar ênfase especial a diferentes fases da verdade do evangelho. Na origem e surgimento do povo adventista, foi posta sobre nós a responsabilidade de enfatizar o evangelho da segunda vinda de Cristo como um acontecimento iminente. Isso requer a proclamação das verdades bíblicas no contexto da mensagem especial de preparação conforme descrita na profecia bíblica, principalmente em Apocalipse 14:6-14. Esta mensagem comissiona a pregação do “evangelho eterno [...] a cada nação, e tribo, e língua, e povo” (Ap 14:6), chamando para ela a atenção de todas as pessoas, em toda parte. Qualquer restrição que limite o testemunho a áreas geográficas específicas se torna, portanto, uma redução da comissão evangélica. A Igreja Adventista também reconhece o direito de outras crenças religiosas operarem sem restrições geográficas.



A RELAÇÃO ENTRE IGREJA E ESTADO

Introdução

Deus é amor. Seu governo universal é baseado na obediência voluntária por parte de Sua criação. Essa obediência é despertada por Sua benevolência magnífica¹. Somente uma fé que repousa no coração humano² e apenas ações motivadas por amor³ são aceitáveis a Deus. O amor, no entanto, não está sujeito à regulamentação civil. Não pode ser despertado por decreto nem sustentado por estatuto. Portanto, todos os esforços para legislar sobre a fé estão, pela própria natureza, em oposição aos princípios da verdadeira religião e, conseqüentemente, em oposição à vontade divina.⁴

Deus colocou nossos primeiros pais na Terra com habilidade para escolher entre o bem e o mal.⁵ As gerações subsequentes, nascidas no mundo, têm recebido uma opção similar. Essa liberdade para escolher, concedida por Deus, não deve ser infringida pelo ser humano.

A relação apropriada entre religião e estado foi mais bem exemplificada na vida de nosso Salvador e exemplo, Jesus Cristo. Como parte da divindade, Jesus exerceu autoridade inigualável na Terra. Ele tinha *insight* divino,⁶ poder divino⁷ e um caráter santo.⁸ Se alguém na história do mundo teve o direito de forçar outros a adorar como Ele ditasse, esse alguém era Jesus Cristo. Mas Jesus jamais usou a força para fazer avançar o evangelho.⁹ Os seguidores de Cristo devem imitar Seu exemplo.

A Igreja Adventista tem procurado, desde seu início, seguir o exemplo de Cristo ao advogar a liberdade de consciência como parte integral de sua missão evangélica. À medida que o papel da igreja na sociedade se expande, é apropriado declarar os princípios que guiam nossa igreja em sua extensão mundial nos contatos com os governos das regiões nas quais operamos.

Liberdade de Consciência

No centro da mensagem adventista, está nossa crença permanente de que a liberdade de consciência precisa ser garantida a todos. A liberdade de consciência inclui liberdade para crer e praticar livremente a fé religiosa escolhida, liberdade para não crer ou praticar uma fé religiosa,

liberdade para trocar de fé e liberdade para estabelecer e operar instituições religiosas de acordo com crenças religiosas. Estamos determinados a trabalhar pelo progresso da proteção legal e política da liberdade religiosa e em favor do apoio à interpretação geral dos acordos nacionais e internacionais que garantem a proteção dessa liberdade.¹⁰

Como cristãos, os adventistas reconhecem o papel legítimo dos governos organizados na sociedade.¹¹ Apoiamos o direito do estado de legislar nas questões seculares e apoiamos o consentimento com tais leis.¹² Quando nos deparamos com uma situação em que a lei terrena conflita com os ordenamentos bíblicos, no entanto, concordamos com a determinação bíblica de que temos que obedecer a Deus em vez de prestar obediência ao ser humano.¹³

A dedicação dos adventistas à liberdade de consciência faz a igreja reconhecer que há limites para essa liberdade. A liberdade religiosa só pode existir no contexto da proteção dos direitos legítimos e equivalentes de outros na sociedade. Quando a sociedade tiver um interesse urgente, tal como a proteção de seus cidadãos de um mal iminente, ela poderá limitar legitimamente práticas religiosas. Porém, tais limitações devem restringir o menos possível a prática religiosa e ainda buscar a defesa daqueles que estejam em perigo por causa dela. Por outro lado, a limitação da liberdade de consciência para proteger a sociedade de ofensas ou danos intangíveis, de perigos hipotéticos ou para impor conformidade religiosa e social por meio de medidas como leis dominicais, entre outras observâncias religiosas tornadas obrigatórias pelo Estado, não são limitações legítimas da liberdade.

Os adventistas são conclamados a defender o princípio da liberdade de consciência para todos. Em conexão com o amor ao próximo,¹⁴ devemos estar prontos para trabalhar em favor de grupos cuja liberdade de consciência é inapropriadamente infringida pelo Estado. Tal obra pode resultar em perda pessoal ou coletiva. Esse preço é o que devemos estar dispostos a pagar para seguir nosso Salvador, que Se expressava regularmente em benefício dos desfavorecidos.¹⁵

Participação no Governo

A Igreja Adventista é consciente da longa história de envolvimento do povo de Deus nas questões civis. José exerceu o poder civil no Egito.¹⁶ Similarmente, Daniel alcançou o topo do poder civil em Babilônia, e aquela

nação foi beneficiada por isso.¹⁷ Na história de nossa igreja, os adventistas têm se unido a outras organizações religiosas e seculares com o objetivo de exercer influência sobre autoridades civis para a defesa de causas como a abolição da escravatura e a aprovação de avanços na liberdade religiosa. No entanto, a influência religiosa nem sempre tem resultado em desenvolvimento social. Perseguição religiosa, guerras religiosas e os exemplos numerosos de supressão de direitos sociais e políticos sob influência de pessoas religiosas confirmam os perigos que existem quando os recursos do Estado são usados para promover os objetivos religiosos.

O crescimento da Igreja Adventista tem resultado em um crescimento correspondente em sua habilidade de exercer influência política em algumas áreas do mundo. Essa influência política não é em si mesma problemática. De fato, adventistas podem apropriadamente desejar servir à sociedade em posições de liderança civil.¹⁸ Entretanto, devemos permanecer sempre atentos aos perigos associados à influência religiosa em assuntos civis e evitar terminantemente tais perigos.

Quando os adventistas se tornam líderes ou exercem influência na sociedade em geral, isso deve ser feito de maneira coerente com a regra áurea.¹⁹ Devemos, portanto, trabalhar para estabelecer uma liberdade religiosa robusta para todos. Não devemos usar nossa influência com líderes políticos e civis para promover nossa fé ou inibir outras manifestações de fé. Os adventistas devem assumir responsabilidades civis com seriedade. Devemos participar nos processos eleitorais quando for possível fazê-lo com a consciência tranquila²⁰ e devemos participar na responsabilidade de construir nossas comunidades. Os adventistas não devem, no entanto, preocupar-se com a política, ou utilizar o púlpito ou as publicações denominacionais para promover teorias políticas.²¹

Os adventistas que são líderes cívicos devem se empenhar para apoiar e promover os padrões mais elevados de comportamento cristão. À semelhança do que fez com Daniel, no passado, Deus hoje os conduzirá, e sua fidelidade a Ele será uma inspiração para sua comunidade.

Representação Perante Governos e Entidades Internacionais

Através da história do povo de Deus, o Senhor achou apropriado delegar pessoas para representar Sua mensagem diante dos governantes do momento. Abraão,²² José,²³ e Moisés²⁴ – todos lidaram diretamente com o Faraó de seu tempo. A presença de Ester na corte do rei Assuero

resultou no fato de o povo de Deus ter sido salvo da destruição.²⁵ Daniel exerceu seu papel primeiramente no império babilônico²⁶ e, mais tarde, diante de Ciro, o persa; e Dario, o medo.²⁷ Paulo levou o evangelho à classe governante do Império Romano.²⁸ Similarmente, muitos dos grandes reformadores se apresentaram perante os governantes de seu tempo para advogar sua posição. Portanto, em nossos dias, seremos negligentes se não nos empenharmos em representar Cristo diante dos líderes deste mundo.

Desse modo, os adventistas são chamados para ser uma voz em defesa da liberdade de consciência no mundo.²⁹ Parte dessa missão tem a ver com o estabelecimento de relações com os governos civis.³⁰ Para que isso aconteça, a Igreja Adventista escolhe representantes para atuar junto aos governos e entidades internacionais que têm influência na proteção da liberdade religiosa. Essa atividade deve ser vista como essencial para nossa missão evangélica e deve receber os recursos necessários para garantir que nossa representação seja exercida no mais elevado nível.

Expectativas em Relação aos Governos

Os governos são estabelecidos para atender às necessidades dos governados. Dessa maneira, devem assegurar a proteção dos direitos humanos fundamentais da população, incluindo a liberdade de consciência. O Estado também deve se empenhar em garantir a ordem pública, a saúde pública, um ambiente limpo e uma atmosfera que não iniba indevidamente a habilidade de seus cidadãos de criar famílias e explorar livremente as qualidades inerentes à sua condição humana. Faz parte da responsabilidade do Estado empenhar-se para eliminar a discriminação baseada em raça, etnia, classe social, religião, orientação política e sexo, bem como garantir a seus residentes acesso em iguais condições a um judiciário imparcial. Os Estados têm a responsabilidade de não somente proteger todos aqueles que moram dentro de suas fronteiras, mas também atuar na proteção dos direitos humanos na comunidade internacional e prover um abrigo àqueles que fogem de perseguição.

Recebimento de Fundos do Governo

Os adventistas têm debatido por um longo tempo sobre a possibilidade de a igreja e suas instituições aceitarem fundos governamentais. Por um lado, a igreja tem ensinado que o Senhor toca o coração daqueles que estão no poder civil e que a igreja não deveria estabelecer barreiras

que eliminem a assistência para o avanço de Sua causa.³¹ Por outro lado, a igreja tem advertido contra a união entre igreja e estado.³²

Portanto, quando as leis de uma nação sancionam a assistência governamental às igrejas e às suas instituições, nossos princípios nos permitem receber os fundos, desde que não impliquem em condições que inibam nossa habilidade de praticar e promover livremente nossa fé, contratar somente adventistas, manter liderança formada somente por adventistas e observar os princípios expressos na Bíblia e nos escritos de Ellen G. White, de modo a não comprometê-los. Além disso, para evitar uma união entre igreja e estado, os fundos do governo não devem ser aceitos para pagar atividades religiosas tais como cultos, evangelismo e publicação de textos religiosos, ou para os salários daqueles que atuam na administração da igreja ou no ministério evangélico, exceto para a provisão de serviços espirituais àqueles cuja vida seja totalmente regulada pelo Estado, já que oferecer tal assistência é impraticável sem o envolvimento do Estado.³³

Em instâncias em que aceitar fundos do governo não viola os princípios existentes, o recebimento de tais fundos deve ser objeto de uma cuidadosa consideração. O contínuo recebimento de fundos do governo, em vez de contribuições financeiras isoladas, apresenta um perigo particular. É virtualmente impossível para as instituições não se tornarem, pelo menos parcialmente, dependentes dos fluxos contínuos de fundos governamentais. Tais fundos do governo geralmente são acompanhados de regulamentações governamentais. Ainda que esses regulamentos possam não violar princípios cristãos, quando o dinheiro é recebido inicialmente, eles estão sujeitos à mudança. Caso um regulamento que rege o recebimento de fundos do governo mude e passe a requerer o abandono dos princípios de nossas instituições conforme descritos na Bíblia e nos escritos de Ellen G. White, tais fundos sistemáticos do governo devem ser recusados, mesmo que, como resultado, a instituição tenha que ser fechada, vendida ou reestruturada significativamente.

Ao receberem fundos do governo, os adventistas devem lidar com eles com a mais apurada integridade. Isso inclui conformidade estrita aos regulamentos que se aplicam aos fundos e uso de padrões de contabilidade rigorosos. Se não existirem procedimentos para assegurar tal conformidade, os fundos devem ser recusados.

Em algumas circunstâncias excepcionais, adventistas só podem estabelecer presença em um país se operarem programas controlados pelo

governo, com a proibição de um testemunho aberto. Muita oração e reflexão devem ser exercidas em favor de quem participa de tais programas. Devemos considerar se a participação ajuda o governo a manter suas políticas restritivas, se ela associa o nome da igreja ao governo coercivo e se proverá oportunidade, tanto a curto como a longo prazo, de promover o evangelho, incluindo as três mensagens angélicas³⁴ no país em questão. Devemos sistematicamente evitar associar o nome de Cristo a regimes que oprimem e brutalizam sua população.

Conclusão

Deus colocou cada pessoa na Terra com a capacidade de distinguir entre o certo e o errado, sob a orientação do Espírito Santo e de acordo com Sua Palavra. Esta declaração, portanto, não pretende tomar o lugar do conselho divino, nem foi desenvolvida para ser uma interpretação autoritária dele. Em vez disso, a declaração serve para expressar a compreensão da Igreja Adventista neste momento.

A maneira pela qual os adventistas conduzem as relações entre igreja e estado tem um impacto significativo em sua atuação mundial. Devemos, portanto, abordar esse tema com muita reflexão e oração. Atuando sob a influência do Espírito Santo, os adventistas continuarão a defender o princípio bíblico da liberdade de consciência.

1. "Deus deseja de todas as Suas criaturas o serviço de amor, serviço que brote de uma apreciação de Seu caráter. Ele não tem prazer na obediência forçada; e a todos concede vontade livre, para que Lhe possam prestar serviço voluntário" (Ellen G. White, *Patriarcas e Profetas*, p. 34).

2. Ezequiel 36:26.

3. I Coríntios 13.

4. O exemplo do antigo Israel, sob o governo teocrático, às vezes é usado para justificar esforços atuais para se legislar sobre questões religiosas. Tais justificativas aplicam o precedente bíblico de maneira errada. Por um período relativamente curto da história da Terra, Deus usou métodos particulares para preservar Sua mensagem no mundo. Esses métodos eram baseados numa aliança mutuamente estabelecida entre Deus e uma família que cresceu para tornar-se uma nação relativamente pequena. Durante esse período, Deus governou diretamente de uma maneira que Ele não escolheu mais fazê-lo. A experiência de governo direto de Deus, com base em uma aliança firmada mutuamente, apesar de ser de inestimável importância para nossa compreensão sobre o Senhor, não é diretamente aplicável a como as nações modernas devem ser governadas. Pelo contrário, o exemplo mais aplicável de relacionamento entre igreja e estado é o provido por Jesus Cristo.

5. Gênesis 3.

6. Ver, por exemplo, João 4:17-19.

7. Ver, por exemplo, João 11.

8. I João 2:1.

9. Bem pelo contrário, Jesus explicitamente declarou que o Seu reino não é deste mundo e, portanto, Seus servos não foram comissionados a exercer o poder através da força (João 18:36).

10. Ver, por exemplo, a Declaração Universal de Direitos Humanos das Nações Unidas, artigo 18; a Convenção Americana de Direitos Humanos, artigo 12; a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, artigo 8; a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais, artigo 9; a Constituição da República da África do Sul, artigo 15; a Constituição da

República Federativa do Brasil, artigo 5; a Constituição da República da Coreia do Sul, artigo 20; a Constituição da Comunidade da Austrália, artigo 116; a Constituição da Índia, artigos 25-28; a Constituição dos Estados Unidos da América, Primeira Emenda.

11. 1 Pedro 2:13-17.

12. Romanos 13.

13. Atos 5:29; "O povo de Deus deve reconhecer o governo humano como uma instituição divina, de modo que ensinará obediência às autoridades como sendo um sagrado dever, em sua legítima esfera. Entretanto, quando as suas pretensões entram em conflito com os reclamos de Deus, a palavra de Deus precisa ser reconhecida como estando acima de toda e qualquer legislação humana. O 'assim diz o Senhor' não pode ser posto de lado, ou trocado por um 'assim diz a igreja ou o estado'. A coroa de Cristo deve ser erguida acima dos diademas de potestades terrestres" (Ellen G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, v. 6, p. 402).

14. Mateus 22:39.

15. Ver, por exemplo, Lucas 4:18; Mateus 5:1-12; Lucas 10:30-37.

16. Gênesis 41:40-57.

17. Daniel 6:3.

18. "Tendes pensamentos que não ousais exprimir, de poderdes um dia alcançar as alturas da grandeza intelectual; de poderdes assentar-vos em conselhos deliberativos e legislativos, cooperando na elaboração de leis para a nação? Nada há de errado nessas aspirações. Podeis, cada um de vós, estabelecer um alvo. Não vos deveis contentar com realizações mesquinhas. Aspirai à altura, e não vos poupeis trabalhos para alcançá-la" (Ellen G. White, *Fundamentos da Educação Cristã*, p. 82).

19. "Tudo quanto, pois, quereis que os homens vos façam, assim fazei-o vós também a eles" (Mateus 7:12).

20. Os adventistas devem votar, mas devem fazê-lo em oração. Ver Ellen G. White, *Mensagens Escolhidas*, v. 2, p. 337 (admostando adventistas a votar); Ellen G. White, *Fundamentos da Educação Cristã*, p. 475 (não é seguro votar em partidos políticos); e Ellen G. White, *Eventos Finais*, p. 127 (os adventistas se tornam participantes dos pecados dos políticos se eles ajudam a eleger candidatos que não apoiam a liberdade religiosa).

21. Ellen G. White, *Fundamentos da Educação Cristã*, p. 475.

22. Gênesis 12:15-20.

23. Gênesis 41.

24. Êxodo 4-12.

25. Ester 8.

26. Daniel 3-5.

27. Daniel 1:21, 5:31-6:28.

28. Atos 23-26.

29. "Não estamos cumprindo a vontade de Deus se nos deixarmos ficar em quietude, nada fazendo para preservar a liberdade de consciência" (Ellen G. White, *Testemunhos Para a Igreja*, vol. 5, p. 714).

30. "Reis, governadores e parlamentos devem chegar ao conhecimento da verdade através do seu testemunho. Essa é a única forma de o testemunho da luz e da verdade alcançar as autoridades" (Ellen G. White, *Review and Herald*, 15 de abril de 1890).

31. "Enquanto estivermos neste mundo, e o Espírito de Deus Se estiver esforçando com o mundo, tanto devemos receber como prestar favores. Devemos dar ao mundo a luz da verdade segundo é apresentada nas Escrituras Sagradas, e do mundo devemos receber aquilo que Deus os move a fazer a favor de Sua causa. O Senhor ainda toca no coração dos reis e governadores em favor de Seu povo, e compete aos que estão tão profundamente interessados na questão da liberdade religiosa não dispensar quaisquer favores ou eximir-se do auxílio que Deus tem movido os homens a dar para o avanço de Sua causa" (Ellen G. White, *Testemunhos Para Ministros*, p. 197-203).

32. "A união da igreja com o estado, não importa quão fraca possa ser, conquanto pareça levar o mundo mais perto da igreja, não leva, em realidade, senão a igreja para mais perto do mundo" (Ellen G. White, *O Grande Conflito*, p. 297).

33. Essa categoria inclui capelães retidos pelo estado para prover serviços espirituais àqueles que servem ao exército, aos que estão encarcerados, aos que estão em hospitais públicos e cuja vida está também restrita às instituições públicas ou reguladas pelo estado.

34. Apocalipse 14:6-12.

Este documento foi adotado pelo Council of Interchurch/Interfaith Relations da Associação Geral dos Adventistas, em março de 2002. O documento está sendo usado pelo Departamento de Relações Públicas e Liberdade Religiosa da Igreja.



LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DIFAMAÇÃO DA RELIGIÃO

Um aspecto distintivo do ser humano é a habilidade dada por Deus de comunicar-Se por meio da fala, dos símbolos e da palavra escrita. Em nenhum outro aspecto essa capacidade é expressa de forma mais singular do que no âmbito da fé. A comunicação relacionada com as crenças religiosas é fundamental para nossa habilidade de distinguir o significado e propósito da vida, discutir os valores e guiar nossas ações, e compartilhar experiências enquanto buscamos conhecimento mais profundo sobre Deus.

A Igreja Adventista apoia firmemente a liberdade de expressão, no geral, e a liberdade de expressão religiosa, em particular. Apesar de a liberdade de expressão ser garantida pelo Artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, persistem os esforços para limitar a expressão, tanto em nível nacional como nas Nações Unidas. Em ambos os contextos, o objetivo tem sido limitar a expressão que ofenda as crenças religiosas do ouvinte. Os adventistas reafirmam sua sensibilidade e respeito em relação a toda forma de comunicação. Portanto, nos preocupa qualquer expressão designada a ofender sensibilidades religiosas. No entanto, acreditamos que ceder o direito ao Estado para controlar a expressão religiosa cria uma ameaça muito maior para a autonomia das pessoas de fé do que aquela apresentada pela expressão ofensiva. Realmente há exemplos numerosos hoje de Estados que evocam o desejo de proteger sentimentos religiosos para justificar ações que acabam resultando no silenciamento de expressões religiosas pacíficas.

Nossa oposição à restrição da expressão não é sem exceções. A igreja reconhece que, em circunstâncias limitadas, a expressão pode resultar em dano significativo e real ao direito à segurança física, ao desfrute de propriedade pessoal e a outros direitos semelhantemente assegurados. Em tais instâncias muito limitadas, reconhecemos a responsabilidade do Estado de agir para proteger sua população. Quando tais limites são necessários, a igreja espera que os governos direcionem especificamente as restrições para enfrentar apenas a ameaça em questão.

A igreja identifica uma responsabilidade especial daqueles que estão no poder para comunicar uma mensagem de apoio aos direitos humanos fundamentais, incluindo todas as facetas da liberdade religiosa. Essa responsabilidade é particularmente pertinente aos governos, já que normalmente estão em uma posição singular para proteger o pleno respeito aos direitos de seu povo, particularmente, as minorias.

Ao reconhecer o direito de expressar crenças religiosas livremente, os adventistas aceitam a responsabilidade de autorregular sua expressão para assegurar que seja coerente com os ensinamentos bíblicos. Isso inclui a obrigação de serem tanto honestos quanto amáveis. Isso é especialmente importante ao examinar outra fé, uma vez que as paixões religiosas podem induzir a uma visão unidimensional dos outros. Honestidade não significa meramente declarar fatos corretamente, mas também colocar informações no contexto exato. Os adventistas serão constrangidos pela lei de amor de Cristo em tudo que disserem e fizerem. Quando a habilidade de se expressar, dada por Deus, é usada para comunicar com amor, abençoaremos não somente os semelhantes; honraremos a Deus que nos criou a todos com o dom da comunicação.

Esta declaração foi aprovada e votada pela Comissão Administrativa da Associação, em 23 de junho de 2010, e divulgada na assembleia da Associação Geral, realizada em Atlanta, Geórgia, Estados Unidos, de 24 de junho a 3 de julho de 2010.